

**CONTRATO DE REPASSE Nº 777660/2012/MAPA/CAIXA  
PROCESSO Nº 2654.1000314-16/2012 SR MARANHÃO**

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA**

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;
- b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e à análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

**2.1 – DA CONTRATANTE**

- I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- VII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- VIII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da sua não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

**2.2 – DO CONTRATADO**

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- V. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

- VI. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VII. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- VIII. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- IX. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- X. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- XI. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XII. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;
- XIII. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XIV. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação;
- XV. prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- XVI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XVII. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XVIII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XIX. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXI. apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- XXII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXIV. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXV. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XXVI. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

- XXVII. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXVIII. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
- XXIX. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XXX. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXXI. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XXXII. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Concedente;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

7.5.1.1 – O CONTRATADO deve reaplicar os recursos desbloqueados que não forem utilizados no prazo aprovado no cronograma de desembolso, nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o pactuado;
- e) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.

7.7.1 – O CONTRATADO, nas hipóteses previstas anteriormente, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

7.7.1.1 – Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

7.7.1.1.1 – Na hipótese prevista no item anterior, não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Concedente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS**

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

10 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do Artigo 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICOMV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICOMV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

12 – O CONTRATADO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE, quando solicitar:  
a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;  
b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;  
c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA**

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS**

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR**

17.1. Parágrafo Primeiro - A existência de restrição do CONTRATADO, relativa ao CAUC (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios), não foi considerada óbice à celebração do presente contrato, em razão das decisões liminares concedidas no Processo nº 2006.37.00.001364-3, proferida pelo Juiz Federal da 3ª Vara Federal e no Processo nº 2009.37.00.0037852, proferida pelo Juiz Federal da 5ª Vara Federal – Seção Judiciária do Maranhão, vinculada ao TRF da 1ª Região, a qual autoriza a celebração do presente contrato e determina o início dos respectivos desembolsos, condicionados à decisão final.

17.2. Parágrafo Segundo – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO no processo supramencionado implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, acrescidos dos juros legais e devidamente atualizados

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES**

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

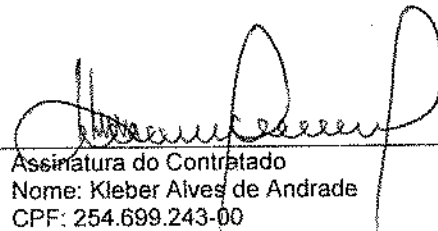
E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

São Luís, 31 de dezembro de 2012.

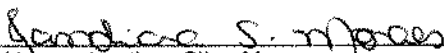
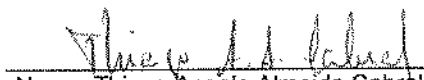
Local/Data



Assinatura do Contratante  
Nome: Valdemilson Almeida Nascimento  
CPF: 104.281.003-68



Assinatura do Contratado  
Nome: Kleber Alves de Andrade  
CPF: 254.699.243-00

**Testemunhas**  
Nome: Jandira Silva Moraes  
CPF: 045.820.303-35  
Nome: Thiago Angelo Almeida Cabral  
CPF: 043.397.573-30





EX MCID/Município de São Domingos do Maranhão: CNPJ 06.113.690/0001-71; CTR 1001944-85/2012/MCID/CAIXA/CONVENIO SICONV 780116; Objeto: Pavimentação Asfáltica. Programa: PLANEJAMENTO URBANO. Valor: R\$ 2.036.600,00. Dos recursos: R\$ 1.976.600,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D7300001, NE 2012NE801599 de 21/12/2012, e R\$ 60.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Kleber Alves de Andrade.

EX MAPA/Município de São Domingos do Maranhão: CNPJ 06.113.690/0001-71; CTR 1000314-16/2012/MAFA/CAIXA/CONVENIO SICONV 777660; Objeto: Construção de uma Agroindústria. Programa: PRODESA. Valor: R\$ 502.500,00. Dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20605201486110021, NE 2012NE801152 de 06/12/2012, e R\$ 15.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Kleber Alves de Andrade.

EX MAPA/Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca: CNPJ 05.025.553/0009-12; Estado do Maranhão: CNPJ 06.354.468/0001-60; CTR 1003597-46/2012/MA/PR/CAIXA/CONVENIO SICONV 780195; Objeto: Urbanização do Entorno do Mercado da Moura da Ladeira. Programa: TURISMO. Valor: R\$ 1.606.000,00. Dos recursos: R\$ 1.400.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800904 de 20/12/2012, e R\$ 200.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Claudio Donizete Azevedo.

EX MTUR/Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano: CNPJ 311829.387/0001-43; Estado do Maranhão: CNPJ 06.354.468/0001-60; CTR 1003602-26/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 780203; Objeto: Recuperação do Teatro Arthur Azevedo - 1ª Etapa. Programa: TI-RECREAÇÃO. Valor: R\$ 1.111.111,31. Dos recursos: R\$ 1.000.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800757 de 20/12/2012, e R\$ 111.111,31 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento, Olga Maria Lenza Simão e Olga Maria Lenza Simão.

MTUR/Secretaria de Estado da Cultura: CNPJ 05.508.362/0001-01; Estado do Maranhão: CNPJ 06.354.468/0001-60; CTR 1003602-26/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 780203; Objeto: Recuperação do Teatro Arthur Azevedo - 2ª Etapa. Programa: TI-RECREAÇÃO. Valor: R\$ 1.111.111,31. Dos recursos: R\$ 1.000.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800757 de 20/12/2012, e R\$ 111.111,31 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento, Olga Maria Lenza Simão e Olga Maria Lenza Simão.

MDS/Município de Codó: CNPJ 06.104.863/0001-95; CTR 0398190-05/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 774674; Objeto: Implantação de Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar por meio de construção de edificação e aquisição de equipamentos e insumos. Programa: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SCSA. Valor: R\$ 464.000,00. Dos recursos: R\$ 175.600,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 550013, Gestão 0001, Programa de Trabalho 092342098920001, NE 2012NE806969 de 06/11/2012, no valor de R\$ 40.000,00; NE 2012NE809568 de 06/11/2012, no valor de R\$ 135.600,00, e R\$ 274.000,00 nos exercícios subsequentes e R\$ 14.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e José Raimundo Filho.

MTUR/Município de Vargem Grande: CNPJ 06.638.238/0001-83; CTR 1003605-11/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 780201; Objeto: Segunda Etapa da Urbanização da Base do Parque da Buriá. Programa: TURISMO. Valor: R\$ 828.900,00. Dos recursos: R\$ 808.402,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800755 de 20/12/2012, e R\$ 16.498,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento, e Miguel Rodrigues Fernandes.

FNAS/Município de Alcantara: CNPJ 06.000.244/0001-50; CTR 0299377-38/2012/FNAS/CAIXA/CONVENIO SICONV 775672; Objeto: Construção de um CRIAS no município de Alcantara-Maranhão. Programa: FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 300.000,00. Dos recursos: R\$ 280.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 550015, Gestão 0001, Programa de Trabalho 092342098920001, NE 2012NE801127 de 27/11/2012, e R\$ 20.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Raimundo Soares do Nascimento.

(Contratos) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s):

FNAS/Município de Vitorino Freire: CNPJ 06.018.568/0001-16; CTR 0400474-90/2012/FNAS/CAIXA/CONVENIO SICONV 775748; Objeto: Construção de CRIAS. Programa: FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 285.000,00. Dos recursos: R\$ 280.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 550015, Gestão 0001, Programa de Trabalho 092342098920001, NE 2012NE800664 de 26/11/2012, e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e José Ribamar Rodrigues.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/ckck.htm>, pelo código 00032013012100086

FNAS/Município de Balsas: CNPJ 06.441.430/0001-25; CTR 0401342-15/2012/FNAS/CAIXA/CONVENIO SICONV 776977; Objeto: Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Programa: FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 350.000,00. Dos recursos: R\$ 339.500,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 550015, Gestão 0001, Programa de Trabalho 092342098920001, NE 2012NE800419 de 04/12/2012, e R\$ 10.500,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Francisco de Assis Milhomem Coelho.

MCID/Município de Santo Antônio dos Lopes: CNPJ 06.172.728/0001-10; CTR 1002739-97/2012/MCID/CAIXA/CONVENIO SICONV 781697; Objeto: Pavimentação Asfáltica no Município de Santo Antônio dos Lopes. Programa: PLANEJAMENTO URBANO. Valor: R\$ 2.036.600,00. Dos recursos: R\$ 1.976.600,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D7300001, NE 2012NE802066 de 31/12/2012, e R\$ 60.000,00 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Eunildo Macedo Mendonça.

MTUR/Município de Santa Filomena do Maranhão: CNPJ 01.612.632/0001-79; CTR 1002562-98/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 780638; Objeto: Construção de um terminal Rodoviário. Programa: TURISMO. Valor: R\$ 397.959,18. Dos recursos: R\$ 390.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800921 de 26/12/2012, e R\$ 7.959,18 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Francisco Assis Barbosa de Souza.

MTUR/Município de Presidente Dutra: CNPJ 06.138.366/0001-08; CTR 1000970-21/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 778515; Objeto: Construção de um Parque de Exposição com Piso de Vaquejada. Programa: TURISMO. Valor: R\$ 1.193.877,55. Dos recursos: R\$ 1.170.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800674 de 07/12/2012, e R\$ 23.877,55 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento e Jurac Carvalho de Souza.

JUSTIÇA/Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária: CNPJ 13.127.340/0001-20; Estado do Maranhão: CNPJ 06.354.468/0001-60; CTR 0461127-08/2012/MJ/CAIXA/CONVENIO SICONV 776999; Objeto: Construção de Cadeia Pública masculina de Bacabal/MA para 312 vagas. Programa: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA; Valor: R\$ 8.671.351,25. Dos recursos: R\$ 7.024.199,51, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 200321, Gestão 0001, Programa de Trabalho 14421207089140001, NE 2012NE800169 de 20/12/2012, no valor de R\$ 3.512.099,75 e R\$ 1.647.651,74 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento, Sérgio Victor Tamer e Sérgio Victor Tamer.

MTUR/Secretaria de Estado da Saúde: CNPJ 02.973.240/0001-06; Estado do Maranhão: CNPJ 06.354.468/0001-60; CTR 1000019-69/2012/MTUR/CAIXA/CONVENIO SICONV 773989; Objeto: Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas adjacentes ao rio Calibá, visando melhoria das condições de habitabilidade das Praças do Calibá e Olio D'água - São Luís (M6) - etapa 1. Programa: TURISMO. Valor: R\$ 10.526.315,79. Dos recursos: R\$ 10.000.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2012NE800444 de 27/11/2012, e R\$ 526.315,79 de contrapartida. Vigência: 30/06/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2012. Valdemilson Almeida Nascimento, Ricardo Jorge Murad e Ricardo Jorge Murad.

**GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS SÃO LUIS-MA**

**AVISO DE REVOCACÃO**  
**F L L E I L D O S E I 1 0 4 0 3 C P A S L**

A Caixa Econômica Federal, por sua Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis em São Luís/MA, torna publico aos interessados a revogação do item 04 do 1º Ledito SFI 0001/2013 CPA/SL

COMISSÃO ORGANIZANTE DE LICITAÇÃO  
**MERCIO CALAZANS GONÇALVES CARDOSO**  
Presidente

**GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CURITIBA-PR**

**AVISO DE SUSPENSÃO**

Torna sem efeito a alteração de repasse do Contrato 311.073-54/PM Campo Largo/PR, publicada no DOU de 10/12/2012, Seção 3, página 122 e retificada no DOU de 13/12/2012 - Seção 3, página 98. Permanece válida a alteração de repasse publicada no DOU de 10/12/2012 - Seção 3, página 122.

ELIZABETH ALVES WALTER DA COSTA  
Gerente de Filial

**GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BLUMENAU-SC**

**EXTRATOS DE CONTRATOS**

(Contratos) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s):

MCIDADES/MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC: CNPJ 83.102.640/0001-30; CTR 779552/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação da Rua Francisco Machado, Bairro Cabreúba-Ituporanga/SC. Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 250.795,00. Dos recursos: R\$ 250.795,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801286, de 14/12/2012 e R\$ 0,00 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 31/12/2012. Renato Scalabrín e Osni Francisco de Fátima.

MCIDADES/MUNICÍPIO DE INHUMA-SC: CNPJ 83.102.632/0001-93; CTR 7795302/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Drenagem e pavimentação em Rua Urubana no município de Inhumas/SC. Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 351.703,84. Dos recursos: R\$ 250.795,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801290, de 14/12/2012 e R\$ 100.908,84 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 26/12/2012. Renato Scalabrín e Antonio Oscar Laurindo.

MCIDADES/MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO-SC: CNPJ 83.102.43/0001-20; CTR 780126/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação e Drenagem Pluvial Parcial das Ruas: Rua Pereira e Rua José Wenceslau Pereira; Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 265.927,93. Dos recursos: R\$ 250.795,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801407, de 10/12/2012 e R\$ 15.132,93 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 31/12/2012. Renato Scalabrín e Nilson Francisco Slosser.

MCIDADES/MUNICÍPIO DE INDIAIAL-SC: CNPJ 83.102.798/0001-00; CTR 780558/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação asfáltica Rua Ribereira das Postas Etapa II; Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 482.228,26. Dos recursos: R\$ 443.650,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801474, de 20/12/2012 e R\$ 38.578,26 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 26/12/2012. Renato Scalabrín e João Paulo Karam Kleinberg.

Objeto: Reestruturação de corredor estrutural de transporte da rua dos imigrantes, Bairro passo mané. Extensão de 406,24 metros; Programa: MCID-MOBILIDADE URBANA-APOIO A PROJ. SIST. TRANS COLECT URBANO. Valor: R\$ 643.478,30. Dos recursos: R\$ 592.000,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120481058 0060, NE 2012NE802078, de 29/12/2012 e R\$ 51.478,30 a conta de contrapartida. Vigência: 30/06/2013-Data e Assinaturas: 31/12/2012. Renato Scalabrín e João Paulo Karam Kleinberg.

(Contratos) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s):

MCIDADES/MUNICÍPIO DE GASPARG-SC: CNPJ 83.102.244/0001-02; CTR 779526/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação e Drenagem Pluvial da Rua Adão Baeor; Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 250.795,00. Dos recursos: R\$ 250.795,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801244, de 14/12/2012 e R\$ 21.808,27 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 26/12/2012. Renato Scalabrín e Pedro Celso Zuch.

MCIDADES/MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA-SC: CNPJ 83.102.582/0001-44; CTR 780157/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação e Drenagem Pluvial da Rua Adão Baeor; Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 255.000,00. Dos recursos: R\$ 250.795,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801473, de 20/12/2012 e R\$ 4.205,00 a conta de contrapartida. Vigência: 30/10/2014-Data e Assinaturas: 31/12/2012. Renato Scalabrín e José Constante.

MCIDADES/MUNICÍPIO DE ABRORA-SC: CNPJ 83.102.624/0001-47; CTR 780158/2012/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação com lajotas hexagonais de concreto e Drenagem Pluvial de trecho da Rua Prefeito Roland Günther; Trecho 5; Programa: MCID/PLANEJAMENTO URBANO-PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 305.068,73. Dos recursos: R\$ 295.300,00, correção à conta da União no exercício de 2012, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73 0060, NE 2012NE801578, de 21/12/2012 e R\$ 9.768,73 a conta de contrapartida. Vigência: 24/10/2014-Data e Assinaturas: 28/12/2012. Renato Scalabrín e Afonso Maria Souza.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/09/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.